ESCUDO SOCIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE Á VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

VIVIANE CANDIDO RODRIGUES; ALISSON ERNANDES RODRIGUES SILVA; SARAH VICTORIA DE SOUZA AMANCIO; FERNANDA HOHANA ALMEIDA E SÁ

Introdução: A violência contra as mulheres é uma problemática social que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, essa questão tem sido objeto de políticas públicas, especialmente após a promulgação da Lei Maria da Penha (2006). No entanto, mesmo com avanços legislativos os índices de violência permanecem alarmantes. **Objetivos**: O estudo visa discutir as principais políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, analisando sua evolução, desafios e impactos. **Metodologia**: A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica, com base em leis, relatórios governamentais e estudos acadêmicos sobre políticas públicas voltadas para o combate à violência contra as mulheres. Foram analisados dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de referências teóricas sobre o tema. O levantamento realizou-se entre os meses de março e abril de 2025. A partir dos Descritores em Ciências Saúde (DeCS): Violência Contra às Mulheres; Serviço De Proteção à Mulher; Políticas Públicas De Saúde, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: artigos nos idiomas português, espanhol ou inglês, com texto completo disponível. **Resultados**: Os dados analisados mostram que, apesar dos avanços nas políticas públicas de proteção às mulheres os desafios persistem. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o Brasil registrou mais de 1.400 feminicídios no último ano, evidenciando a necessidade de fortalecimento das medidas de prevenção. A Casa da Mulher Brasileira, implantada em algumas capitais, tem demonstrado eficácia ao oferecer atendimento multidisciplinar em um único local. No entanto, a falta de recursos financeiros e de profissionais especializados ainda limita a ampliação desses serviços. **Conclusão**: Os achados, mostram que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil representam um avanço na garantia dos direitos femininos. No entanto, a efetividade dessas medidas depende de uma maior articulação entre os poderes públicos e a sociedade civil, além do aumento de investimentos em infraestrutura e capacitação de profissionais. Dessa forma, o fortalecimento da rede de atendimento e a ampliação de programas de conscientização são fundamentais para reduzir os índices de violência de gênero.

Palavras-chave: **CONSCIENTIZAÇÃO; FEMINICÍDIO; PREVENÇÃO**

DOI: 10.51161/iii-conasm/54837